

Área Temática: GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Título: “ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO E RESULTADOS DE UM PROGRAMA DE ECOEFICIÊNCIA NUMA EMPRESA DO SETOR BANCÁRIO”.

AUTORAS

LUZIA MARIA ESGOLMIN

Universidade Nove de Julho

lmesgolmin@hotmail.com

MARIA TEREZA SARAIVA DE SOUZA

Universidade Nove de Julho

mtereza@uninove.br

Resumo

A definição do conceito de eficiência ecológica não está ligada apenas a práticas ambientais e sociais efetivas, mas abrange também a redução de custos operacionais, além de fornecer meios para um melhor desempenho das empresas. A Ecoeficiência, enquanto ferramenta de gestão, ainda não tem ampla utilização junto ao setor bancário e este artigo se propõe a responder à seguinte questão de pesquisa: Quais os benefícios econômicos e ambientais da implantação de um programa de ecoeficiência numa empresa do setor financeiro? Assim, o objetivo deste trabalho é verificar como a ecoeficiência pode aumentar o desempenho econômico e ambiental no setor analisado. O método de pesquisa utilizado é o estudo de caso único e a unidade de análise escolhida para o estudo foi o Programa de Racionalização de Gastos e Eliminação de Desperdícios – PROGED, da Caixa Econômica Federal. A pesquisa é um estudo exploratório que utilizou como instrumento de coleta de dados a pesquisa bibliográfica, documental e observação participante. O estudo mostra resultados econômicos significativos, obtidos pelo programa de ecoeficiência para a empresa analisada, e, conseqüentemente, para a mitigação do impacto negativo sobre o meio ambiente com a redução do consumo de energia, água, papel, entre outros insumos.

Palavras chave: Gestão Ambiental; Impacto Ambiental; Ecoeficiência.

Abstract:

The definition of eco-efficiency is not only linked to environmental and social effective practices, but also the reduction of operating costs and provide subsidies to better business performance. The eco-efficiency, as a management tool, does not have wide use with the banking sector, this article aims to answer the following research question: What are the economic and environmental benefits of implementing a program of eco-efficiency in a company

in the financial sector? The aim of this study is to check how the eco-efficiency can increase the economic performance and environmental sector review. The research method used was the single case study and unit of analysis chosen for the study was the Program of Rationalization of Expenditure and Disposal of Waste - PROGED, the Caixa Econômica Federal. The research is an exploratory study that used, as a tool for data collection, the research literature, documentary and participant observation. The study shows significant economic results obtained by the eco-efficiency program for the company analyzed in the financial sector and, consequently, to mitigate the negative impact on the environment with the reduction consumption of energy, water, paper, among other inputs.

1 INTRODUÇÃO

A questão ambiental, cada vez mais, vem deixando de ser tratada como uma externalidade no cenário econômico-financeiro e vem tomando novos contornos que a sinalizam como uma variável fundamental na viabilidade de projetos governamentais, de empreendimentos privados e nas relações comerciais.

O bem estar da humanidade e a proteção do meio ambiente dependem do compromisso dos governos, das empresas e da sociedade. Assim, buscar a melhoria da qualidade de vida e a proteção ambiental são responsabilidades coletivas e devem estar entre as prioridades de toda atividade empresarial, incluindo a bancária.

Em 1995, o Governo Federal lançou o Protocolo Verde, com a finalidade de incorporar a variável ambiental como critério nos processos de análise para a concessão de crédito por parte dos bancos federais, e dos benefícios fiscais, por parte de seus órgãos e autarquias.

As propostas contidas no Protocolo Verde representam uma das principais iniciativas adotadas pelo governo brasileiro, em termos de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável. Os dois objetivos básicos do protocolo são priorizar a alocação de recursos públicos em projetos que apresentem maior capacidade de auto-sustentação socioambiental e evitar o uso destes recursos em projetos que acarretem danos ao meio ambiente.

O Ministério do Meio Ambiente, para atender à Lei 6938, de 31 de agosto de 1981, que trata da Política Nacional de Meio Ambiente, instituiu em 1995 um grupo de trabalho que elaborou as linhas de atuação do Protocolo Verde. Como resultado desse trabalho foi assinada a Carta de Princípios para o Desenvolvimento Sustentável, por cinco bancos federais: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste do Brasil e o Banco da Amazônia. Nessa carta, de novembro de 1995, os bancos assumem a tarefa de incorporar critérios socioambientais ao processo de análise e concessão de créditos para projetos de investimentos e de privilegiar ações de apoio ao desenvolvimento sustentável. Os princípios e diretrizes são revisados a cada dois anos para o contínuo aperfeiçoamento desse Protocolo (MMA, 2008).

Para executar os compromissos da Carta e das propostas do Protocolo Verde, os bancos federais signatários, vêm realizando vários esforços. Por isto, o Protocolo Verde deve ser entendido como um passo importante para compatibilizar o diálogo entre as políticas econômica e ambiental do país.

Em consonância com essas diretrizes, o Guia de Ecoeficiência para o Setor Financeiro Latinoamericano divulgado pelo Centro Latino Americano para Competitividade e Desenvolvimento (CLACDS) em 1999, objetiva fornecer aos bancos comerciais dos países da América Latina, critérios analíticos e ferramentas de implementação que auxiliem no gerenciamento mais efetivo de riscos ambientais e sociais, relativos às operações internas de seus bancos, às suas relações externas, aos seus produtos e serviços. Esse guia é baseado nas decisões e na experiência das instituições líderes do mercado suíço e internacional e é uma adaptação das diretrizes para gerência ambiental em instituições financeiras, *Environmental Management in Financial Institutions* da UNEP.

Um dos principais objetivos da iniciativa da *United Nations Environment Programme* – UNEP é o desenvolvimento de uma rede global que torne possível compartilhar os melhores resultados obtidos pelos seus membros, os quais representam mais de 33 países, e facilite o acesso às ferramentas de gerência e outros recursos, destinados a possibilitar ações ambientais concretas em todas as áreas funcionais do negócio. Um princípio, com o qual mais de cem bancos em todo o mundo têm se comprometido na Iniciativa Ambiental das Instituições Financeiras da

UNEP é: “Alcançar uma vantagem competitiva, sustentada através de uma maior produtividade dos materiais e de energia, menor impacto ambiental e desenvolvimento integral dos recursos humanos e da comunidade local” (CLACDS, 1999).

Nesse contexto, a ecoeficiência constitui uma ferramenta fundamental para que também as atividades do serviço bancário possam conciliar crescimento econômico e redução dos impactos ambientais. A experiência mostra que a definição do conceito de eficiência ecológica não está ligada apenas às práticas ambientais, mas abrange também a redução de custos operacionais, que propicia um melhor desempenho nos mercados financeiros globalizados.

Diante do exposto, torna-se relevante investigar a ecoeficiência como ferramenta de gestão pelas empresas do setor de serviços, uma vez que esse setor permanece negligenciado nesse debate e, apesar da rica literatura já produzida, pouco foi escrito a respeito da relação entre o setor de serviços e a problemática ambiental (DEMAJOROVIC, 2006).

Considerando que a Ecoeficiência, enquanto ferramenta de gestão, ainda não tem ampla utilização junto ao setor bancário, este artigo se propõe a responder a seguinte questão de pesquisa: Quais os benefícios econômicos e ambientais da implantação de um programa de ecoeficiência numa empresa do setor bancário?

Este trabalho tem como objetivo verificar como a ecoeficiência pode aumentar o desempenho econômico e ambiental no setor analisado. A unidade de análise escolhida para o estudo de caso foi o Programa de Racionalização de Gastos e Eliminação de Desperdícios – PROGED, da Caixa Econômica Federal.

O objetivo geral se desdobra nos seguintes objetivos específicos: discorrer sobre a metodologia utilizada para a implantação do programa, ilustrar os procedimentos específicos utilizados em cada uma das suas fases, verificar os benefícios econômicos e ambientais obtidos a partir da implantação desse programa, bem como oferecer contribuições que possam ser utilizadas por outras empresas do setor.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O objetivo deste item é verificar a incorporação das questões ambientais pelo setor financeiro, quais são os princípios gerais para os bancos signatários do Protocolo Verde e discorrer sobre o tema ecoeficiência.

2.1 A incorporação das questões ambientais pelo setor financeiro

A partir de 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, as questões ambientais passaram a merecer um tratamento mais enfático por parte de governos, organismos internacionais e instituições de pesquisas, com a divulgação da necessidade de se adotar alternativas que privilegiem a qualidade do crescimento e que reconheçam o ambiente como dimensão fundamental e base de sua sustentação (SOUZA, 1993).

Em 1983, a Assembléia Geral da ONU criou a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD, presidida por Gro Harlem Brundtland, também denominada de Comissão Brundtland, que publicou em 1987 o relatório “Nosso Futuro Comum”, que inseriu no debate um novo conceito de desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável. Definido como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND, 1987).

Quando da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD (United Nations Conference on Environment and Development – UNCED), em 1992,

realizada no Rio de Janeiro, 178 nações se comprometeram com a adoção de um novo padrão de desenvolvimento, que resultou na Agenda 21. Em 2002, o Brasil aprovou sua Agenda 21, elaborada por meio de processo participativo, que é uma experiência significativa num contexto de grande diversidade social, ambiental e econômica. A Agenda 21 brasileira pode ser entendida como um Plano Nacional Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável e a construção dos indicadores de desenvolvimento sustentável do Brasil (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2002).

Com sede na Suíça e fundada em 1961, a ONG *World Wildlife Fund* – WWF é composta por organizações e escritórios em mais de 100 países que têm como característica a presença tanto local quanto global e o diálogo com todos os envolvidos na questão ambiental. O relatório Planeta Vivo, realizado a cada dois anos pela WWF-Brasil (2008), mostra que os seres humanos usam 30% a mais de recursos naturais do Planeta a cada ano. A raiz do problema, até pouco tempo ignorada por governantes, economistas e empresários, é que tanto a população do planeta quanto os níveis de consumo continuam crescendo mais rapidamente que a capacidade de regeneração dos sistemas naturais. Se nada for feito, segundo a WWF-Brasil (2008), até 2030 a humanidade vai precisar de duas Terras para dar suporte aos atuais níveis de consumo. A crise mundial é uma oportunidade de atuar nos três fatores responsáveis pela expansão da pegada ecológica: crescimento populacional, consumo *per capita* e intensidade e forma de uso dos recursos naturais.

Um importante avanço para que as nações superassem as dificuldades na implantação de um sistema de informações ambientais, é o Esquema para Estatísticas do Meio Ambiente, desenvolvido pelas Nações Unidas, baseado na abordagem Pressão-Estado-Resposta (PER). O modelo PER objetiva retratar, de maneira simplificada, as pressões que as atividades humanas exercem sobre o meio ambiente, como estas alteram a qualidade dos recursos naturais, os impactos causados e a reação da sociedade frente a tais alterações.

De acordo com a classificação de 1993 da OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OECD, em inglês), os indicadores ambientais sistematizados pelo modelo Pressão-Estado-Resposta (PER) apresentam três grupos chave:

a) Indicadores de Pressão: caracterizam as pressões sobre os sistemas ambientais e podem ser traduzidas por indicadores de emissão de contaminantes, eficiências tecnológicas, intervenção no território e de impacto ambiental;

b) Indicadores de Estado: reflete a qualidade do ambiente num dado horizonte espaço/tempo; são os indicadores de sensibilidade, de risco e de qualidade ambiental;

c) Indicadores de Resposta: avaliam as respostas da sociedade às alterações e preocupações ambientais, bem como a adesão a programas e/ou implementação de medidas em prol do ambiente; podem ser incluídos neste grupo os indicadores de adesão social, de sensibilização e de atividades de grupos sociais importantes.

Segundo esse modelo, as atividades humanas produzem emissões que podem afetar o estado do ambiente e que provocam uma resposta da sociedade a esses problemas.

Featherstone (1995) apud Nascimento et al. (2003) ressalta que os consumos como desperdício, excesso e esgotamento representam uma presença paradoxal no âmbito da ênfase produtivista das sociedades capitalistas e socialistas estatais, a qual precisaria ser controlada e canalizada de alguma maneira.

Segundo Nascimento et al. (2003) numa escala global, o uso de energia e recursos tem aumentado. O autor relata que em 1999 no 7º Fórum de Desenvolvimento em Consumo e Desenvolvimento Sustentável da Alemanha foi emitido um relatório redigido por Leitschuc-Fecht

que o uso de recursos para sustentar o consumo já alcançava seus limites dentro do sistema ecológico e um aumento nesta pressão sobre o planeta iria acarretar um colapso.

No Brasil, as propostas contidas no Protocolo Verde representam uma das principais iniciativas adotadas em termos de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável. Em novembro de 1995, foi divulgada a Carta de Princípios para o Desenvolvimento Sustentável, resultado do trabalho dos participantes do Protocolo Verde, do Ministério do Meio Ambiente. Nesse documento, os bancos assumem a tarefa de incorporar a análise ambiental em suas atividades por iniciativas administrativas internas e de privilegiar ações de apoio ao desenvolvimento sustentável, como mostra o Quadro 1.

1. A proteção ambiental é um dever de todos que desejam melhorar a qualidade de vida no planeta e extrapola qualquer tentativa de enquadramento espaço-temporal;
2. Um setor financeiro dinâmico e versátil é fundamental para o desenvolvimento sustentável;
3. O setor bancário deve privilegiar de forma crescente o financiamento de projetos que não sejam agressivos ao meio ambiente ou que apresentem características de sustentabilidade;
4. Os riscos ambientais devem ser considerados nas análises e nas condições de financiamento;
5. A gestão ambiental requer a adoção de práticas que antecipem e previnam degradações do meio ambiente;
6. A participação dos clientes é imprescindível na condução da política ambiental dos bancos;
7. As leis e regulamentações ambientais devem ser aplicadas e exigidas, cabendo aos bancos participar da sua divulgação;
8. A execução da política ambiental nos bancos requer a criação e treinamento de equipes específicas dentro dos seus quadros;
9. A eliminação de desperdícios, a eficiência energética e o uso de materiais reciclados são práticas que devem ser estimuladas em todos os níveis operacionais;
10. Os princípios aqui assumidos devem constituir compromisso de todas as instituições financeiras.

Quadro 1: Carta de Princípios para o Desenvolvimento Sustentável

Fonte: Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2008).

Nota: grifo nosso

Um importante instrumento de gestão, não regulatório, é o Pacto Global. Lançado durante o Fórum Econômico de Davos, em 1999. É uma iniciativa voluntária que procura fornecer uma estrutura global para a promoção do crescimento sustentável e da cidadania. Tem como objetivo mobilizar as lideranças empresariais de todo o mundo para apoiar a ONU na promoção de valores fundamentais relacionados ao meio ambiente e aos direitos humanos e trabalhistas.

Os princípios associados ao meio ambiente dizem respeito: a) apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais; b) promover a responsabilidade ambiental; e c) encorajar tecnologias que não agridam o meio ambiente.

Salientamos ainda, a importância do Guia de Ecoeficiência para o Setor Financeiro Latino-americano, como uma ferramenta de gerenciamento para o setor. A eficiência ecológica abrange diversas áreas do setor bancário e o guia é especialmente destinado aos seguintes departamentos: Gerência, Utilização de Recursos, Empréstimos, Investimentos, Comunicação e Sistemas.

A definição do conceito de eficiência ecológica não está ligada apenas a práticas ambientais e sociais efetivas, mas abrange também a redução de custos operacionais, além de fornecer meios para um melhor desempenho nos competitivos e globalizados mercados financeiros.

A Figura 1 apresenta as principais atividades ambientais dos bancos e demonstra que a eficiência ecológica vai além das práticas de redução do consumo de recursos e da gestão dos resíduos gerados. Merece destaque as atividades relacionadas aos *Empréstimos* dos bancos, no sentido de serem utilizados critérios de gerenciamento dos riscos socioambientais para aprovação

de financiamentos de novos projetos. O risco ambiental pode comprometer o valor dos ativos financeiros, a capacidade de honrar empréstimos e a própria reputação das empresas, o que também tem impacto sobre os bancos que dependem do retorno financeiro.

Possíveis atividades ambientais para bancos

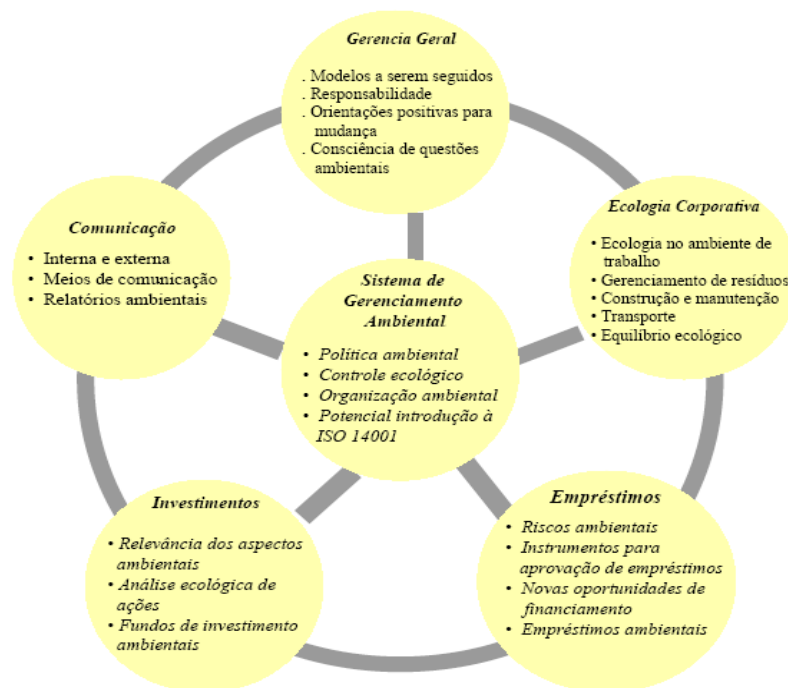


Figura 1: Principais atividades ambientais dos bancos

Fonte: Guia de Ecoeficiência para o Setor Financeiro Latinoamericano (CLACDS, 1999).

As tabelas 1, 2 e 3 apresentam os dados sobre a geração de resíduos e o consumo de água e energia das principais instituições financeiras, de acordo com pesquisa realizada em 2005, pela Federação Brasileira dos Bancos – FEBRABAN.

A média verificada para o consumo de água, dos principais bancos pesquisados, demonstra uma elevação do consumo, conforme apresentado na Tabela 1.

Bancos participantes	Ano	Total	Média
21	2005	5.628.291	268.014
14	2004	2.387.720	170.551
11	2003	867.119	78.829
8	2002	490.382	61.298

Tabela 1 – Consumo de água (em m³)

Fonte: Adaptado do Relatório Social Febraban (2005).

A Tabela 2 mostra a média do consumo de energia elétrica com indicadores de queda nos quatro anos analisados.

Bancos participantes	Ano	Total	Média
----------------------	-----	-------	-------

29	2005	1.328.760.819	45.819.339
24	2004	1.408.163.342	58.673.474
19	2003	1.660.147.834	87.376.202
15	2002	1.682.547.814	112.169.854

Tabela 2 - Consumo de energia elétrica (em kWh)

Fonte: Adaptado do Relatório Social Febraban (2005).

A Tabela 3 evidencia que em 2005, o volume de resíduos sólidos - aproveitáveis e não-aproveitáveis - totalizou 31.450 toneladas, uma média de 2.621 toneladas, considerando-se os 12 bancos que informaram dados sobre esse item, invertendo uma tendência de redução dos resíduos gerados.

Bancos Participantes	Ano	Total	Média
12	2005	31.450	2.621
10	2004	25.948	2.595
5	2003	17.372	3.474
4	2002	16.641	4.160

Tabela 3 - Resíduos sólidos gerados (em toneladas)

Fonte: Adaptado do Relatório Social Febraban (2005).

A partir de 2006 houve um crescimento sensível entre as instituições que realizaram auditorias em suas práticas ambientais, 33% em comparação a 10% em 2005, sendo que 50% mantém profissionais especializados em riscos e oportunidades ambientais (FEBRABAN, 2006).

Em 2007, com o objetivo de minimizar os impactos de suas atividades e estimular atitudes conscientes entre seus colaboradores, os bancos adotaram metas de redução de consumo decorrentes de suas atividades. De 26 instituições, 57,7% possuem planos de monitoramento específicos para a diminuição de água; 76,9% para a redução de energia elétrica; 61% de controle da geração de resíduos sólidos; e 19,2% da redução de CO² e outros gases causadores do efeito estufa. Mais da metade, 61,5%, investe ainda na redução de resíduos por meio de reciclagem e reutilização, sendo que 73% realizam coleta seletiva nas principais unidades administrativas e agência. O gerenciamento do impacto ambiental envolve ainda o acompanhamento da destinação do lixo realizado por 66,6% dos 24 respondentes (FEBRABAN, 2007).

O consumo consciente e responsável também é demonstrado pelo fato de que 63% dos bancos pesquisados adotam aspectos ambientais como critério para a compra de materiais, e, por isso, dão prioridade a produtos como papel reciclado e madeira certificada.

Esses dados obtidos nos balanços sociais da Febraban já são resultado de programas de ecoeficiência implementados pelo setor financeiro.

2.2 A evolução do conceito, modelo e programas de ecoeficiência.

“A ecoeficiência é alcançada mediante o fornecimento de bens e serviços a preços competitivos que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida, ao mesmo tempo em que reduz progressivamente o impacto ambiental e o consumo de recursos ao longo do ciclo de vida, a um nível, no mínimo, equivalente à capacidade de sustentação estimada da Terra”, conceito elaborado pelo World Business Council for Sustainable Development – WBCSD, em 1992.

A ecoeficiência significa produzir mais com menos recursos naturais tais como água, energia, papel, metais, entre outros, para manter um padrão de consumo sustentável. O WBCSD, coligação de altos executivos de 145 empresas líderes mundiais, voltadas para a excelência

ambiental e princípios do desenvolvimento sustentável definiu sete componentes para identificar a ecoeficiência empresarial:

- Redução da intensidade do uso de materiais para a produção em bens e serviços,
- Redução da utilização de energia para a produção de bens e serviços,
- Redução da dispersão tóxica,
- Reaproveitamento de material reciclável,
- Maximização do uso sustentável de recursos renováveis,
- Prolongar a durabilidade dos produtos e,
- Aumento da intensidade de bens e serviços.

O Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável – CEBDS faz parte da rede mundial de conselhos do WBCSD e por isso compartilha dos mesmos ideais.

Ecoeficiência é uma função que contempla dois critérios básicos: agregação de valor ao negócio e aspectos ecológicos do processo e do produto. Assim, pode-se estabelecer uma fórmula para como a apresentada a seguir:

<p>Ecoeficiência = <u>Valor do produto ou serviço</u> Influência ambiental</p>

De acordo com a fórmula, (LERIPIO, 2001) o objetivo da ecoeficiência é maximizar o valor, enquanto minimiza os impactos ambientais adversos, a utilização de recursos e as consequências ambientais negativas provenientes das emissões.

O CEBDS sugere três categorias sucessivas para a ecoeficiência, listadas na Tabela 4, que apresenta um comparativo das categorias de ecoeficiência, com pontos positivos e limitações de cada categoria.

Categorias	Pontos positivos	Limitações
Processos mais limpos	É mais fácil de implantar, promove a utilização mais eficiente dos recursos.	Atua na adaptação de processos já existentes, não aprofunda as mudanças, realiza melhorias apenas incrementais.
Produtos mais limpos	Alteração do projeto, com a utilização da análise do ciclo de vida.	Necessita de mudanças no processo produtivo e na escolha de matéria-prima.
Uso de recursos Sustentáveis	Atuação de forma abrangente, saindo dos limites da empresa, preocupando-se com o desenvolvimento de fornecedores e conscientização dos consumidores.	Dificuldade para implantação, pois necessita de um grande comprometimento dos públicos interno e externo da empresa, e conhecimento dos conceitos da ecologia industrial.

Tabela 4 – Comparativo entre as três categorias para a Ecoeficiência

Fonte: Adaptado de Fiksel (1996)

Segundo o CEBDS (2009), 42,0% das medidas adotadas e implementadas por programas de ecoeficiência no Brasil, no período de 1999 a 2002, foram consideradas medidas simples e de baixo custo, sendo as modificações de *housekeeping* as mais adotadas. *Housekeeping* é um termo internacional para designar boas práticas de qualidade ou processo. As modificações de *housekeeping* envolvem otimização de parâmetros operacionais, padronização de procedimentos, melhoria do sistema de compras e vendas e melhoria nos sistemas de manutenção de equipamentos, de instalações e de informação e treinamento.

Almeida (2002) apud Kraemer (2002) conclui que buscar a ecoeficiência é, portanto, um processo de melhoria continua que nunca termina. Mais do que um destino a ser alcançado a ecoeficiência é um caminho a ser percorrido e um componente necessário a sustentabilidade.

3 MÉTODO DA PESQUISA

Esta pesquisa visa investigar e descrever como a metodologia da ecoeficiência foi implantada na CAIXA, bem como identificar quais são os benefícios econômicos e ambientais obtidos.

Para esse fim, optou-se por uma pesquisa de caráter exploratória, desenvolvida por intermédio da abordagem de estudo de caso único. O principal objetivo da pesquisa exploratória é facilitar a compreensão do fenômeno que está sendo investigado (ACEVEDO, 2007). Neste caso, optou-se por um estudo de caso único, pela natureza e magnitude do fenômeno estudado (YIN, 2005).

A escolha da empresa se deu devido ao fato de ser uma empresa do setor financeiro, que além de ser uma empresa pública, o que a torna uma articuladora de políticas públicas, apresenta forte representação no cenário bancário por sua atuação comercial e social, com ampla rede de atendimento.

A empresa escolhida reúne condições de ser estudada por se apresentar como um caso decisivo, de acordo com Yin (2005), e satisfazer às condições para testar os objetivos propostos. Representa uma maneira de investigar um tópico empírico, pois “o estudo de caso, permite uma investigação para se preservar as características significativas da vida real” (YIN, 2005, p. 20), por meio de estudos explanatórios (causais), exploratório ou descritivo, sendo indicado para os casos em que o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos dentro de um contexto real.

Os dados para este trabalho foram coletados por pesquisa bibliográfica em livros, artigos de anais de congressos e consultas a legislações, documentos, portais eletrônicos, bem como através da observação direta e participativa.

A pesquisa documental foi realizada a partir dos dados disponíveis no portal da empresa, balanço social dos exercícios de 2004 a 2007, entrevistas publicadas e, ainda, Cartilhas distribuídas aos colaboradores, fornecedores e clientes.

Foram também utilizadas as duas maneiras de observação: direta e participativa. A observação direta, de maneira informal, permitiu acompanhar a participação dos colaboradores nas ações propostas pela empresa, e a observação participante, pois uma das autoras participa das atividades propostas pela empresa.

Os resultados do fenômeno analisado serão comparados para conhecer como a metodologia da ecoeficiência foi implantada na CAIXA, visando obter benefícios econômicos e ambientais.

4 RESULTADOS DO ESTUDO DE CASO

4.1 Caracterização da Empresa

A Caixa Econômica Federal, denominada CAIXA, criada em 1861, é uma instituição financeira pública, de direito privado, que exerce papel importante na promoção do desenvolvimento econômico, social e ambiental do País, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população, especialmente para a de baixa renda. Suas ações têm funções

múltiplas e diferenciadas, atendendo aos compromissos firmados como organização ligada ao Governo Federal, como instituição financeira e como agente promotor de políticas públicas.

Atende não só os seus clientes bancários, mas todos os trabalhadores formais do Brasil, por meio do pagamento de FGTS, PIS e Seguro-Desemprego, beneficiários de programas sociais e apostadores das Loterias. Apóia também iniciativas artístico-culturais, educacionais e desportivas. É o maior banco público da América Latina, com 33,6 milhões de clientes, e mais de 3 milhões de pessoas ingressaram no sistema bancário brasileiro por meio do programa de conta simplificada, a maior ação de inclusão bancária do País.

Sua rede abrange os 5561 municípios brasileiros, com mais de 17 mil pontos de atendimento, entre agências, lotéricas e correspondentes negociais. Conta, atualmente, com cerca de 130 mil colaboradores, entre empregados e prestadores de serviços (CAIXA, 2009).

A CAIXA auxilia as prefeituras e governos estaduais a projetarem e acompanharem obras promotoras de desenvolvimento urbano e estimula o contínuo aperfeiçoamento da administração pública, conferindo às ações mais bem-sucedidas o Prêmio Melhores Práticas de Gestão.

Sua atuação na área ambiental está refletida nos programas de financiamento do desenvolvimento urbano, em especial os de saneamento, nas modalidades de abastecimento de água, esgotamento sanitário, tratamento de resíduos sólidos urbanos, gestão de recursos hídricos, recuperação de solos degradados, bem como nos financiamentos de pesquisas para inovação tecnológica em habitação e saneamento ambiental.

A Política Ambiental da instituição busca da ecoeficiência, a eliminação de desperdícios, eficiência energética, o estímulo ao uso de materiais reciclados, exemplos de ações que atingem o público interno e externo.

Desde 2003, a CAIXA é signatária do Pacto Global (Global Compact) da Organização das Nações Unidas (ONU), iniciativa que visa estimular empresas e atores sociais de todo o mundo a contribuir para o avanço das práticas de responsabilidade social corporativa, na busca por uma economia global mais sustentável e inclusiva.

4.2 Implantação do programa de Ecoeficiência

O Programa de Racionalização de Gastos e Eliminação de Desperdícios – PROGED foi instituído pela CAIXA em 2003 e sua forma de atuação está ancorada em duas vertentes. A primeira, de caráter emblemático e educativo, com o propósito de desenvolver na corporação novos hábitos de comportamento, focados no combate ao desperdício, com o apoio de treinamentos e campanhas direcionados para os empregados e prestadores de serviço. Campanhas voltadas para a racionalização do consumo de energia elétrica, de água e de recursos de impressão são exemplos de ações desenvolvidas pelo PROGED. Na segunda vertente, o PROGED identifica e atua em parceria com seus gestores, com o objetivo de racionalizar gastos e, sobretudo, qualificá-los, com a otimização de processos e maximização de controles. As duas vertentes são complementares.

A ação que deu origem à idéia de criação do PROGED foi o projeto de Telefonia, que previa uma maior gestão do recurso, tendo como principal objetivo o acompanhamento dos gastos e do consumo. O primeiro projeto desenvolvido após a criação do PROGED foi uma Campanha de Idéias de Economias, com a participação de todos os empregados, que resultou no envio e tratamento de mais de 2000 sugestões.

A partir de 2004, foi constituído o Comitê de Política Ambiental Corporativa da CAIXA – CPAC, para elaborar um plano de ação a ser trabalhado a partir de 2005, em seus campos estratégicos: Recursos Humanos, Tecnologia e Processos, Produtos e Serviços, Comunicação e

Marketing e Ecoeficiência Corporativa. O Comitê tem como funções: apoiar o desenvolvimento de estratégias, prioridades e ações da Política Ambiental Corporativa; acompanhar a implementação do plano de ação; analisar e divulgar os resultados alcançados; e integrar ações internas.

As duas primeiras campanhas implementadas: “Água: a fonte não pode secar” e “Imprima Respeito à Natureza”, foram responsáveis por envolver, além da economia de recursos, a mudança cultural da organização, promovendo a sensibilização para as questões ambientais, e, estabelecendo novos comportamentos dos empregados e colaboradores para a preservação ambiental, como mostra a Tabela 5.

Fases	Questões
Fase 1	Definição da política ambiental; comprometimento da alta direção; elaboração do plano de ação.
Fase 2	Disseminação; habilitação dos funcionários; conscientização e aquisição de competências.
Fase 3	Início de projetos chaves em ecoeficiência corporativa, em produtos e serviços e em tecnologias e processos.
Fase 4	Consolidação das mudanças: informações contínuas sobre os objetivos alcançados; realização de auditorias; fortalecimento da gestão ambiental corporativa.

Tabela 5: Fases da Gestão Ambiental

Fonte: Cartilhas e Entrevistas publicadas pela CAIXA

Essas fases não se encerram em si mesmas, elas são construídas como um círculo virtuoso e, a cada nova ação, elas são novamente acionadas.

A política ambiental corporativa, no que se refere à Ecoeficiência, definiu objetivos específicos a serem atingidos: construir indicadores ambientais; identificar os aspectos ambientais dos produtos, serviços e programas que possam ter impactos ambientais; gerenciar os insumos e resíduos (papel, toner, lâmpada, etc.); buscar a utilização ecoeficiente de recursos nos projetos de construção, de reforma e de manutenção de unidades; estabelecer relacionamento com fornecedores e clientes baseado na prática da responsabilidade ambiental.

Ano	Principais Projetos
1998	<u>Projeto Entulho Bom</u> . Pesquisa sobre Reciclagem de Entulho para a produção de materiais de construção. O projeto foi escolhido com uma das 100 melhores práticas do mundo, no <i>Best Practices and Local Leadership Programme</i> , promovido pela ONU.
1999	Patrocínio e Disseminação de Publicações: <ul style="list-style-type: none"> • Manual para a Compostagem de Biossólidos – PROSAB • Gerenciamento de Lodo de Lagoas de Estabilização não Mecanizadas. • Tratamento de Esgoto por Processo Anaeróbico e Disposição controlada do Solo.
2001	Passa a operar com os programas: Programa Brasil Joga Limpo; Programa de Despoluição das Bacias Hidrográficas; Programa de Gestão dos Recursos Hídricos.
2002	- Patrocínio e disseminação de Publicação: Estado do Mundo – Wordwatch/2002. - Criação do PROGED.
2003	- Adesão ao Pacto Global (Global Compact). - Sugestões de Racionalização de Gastos – Primeira campanha do PROGED. - Campanhas: <u>Água: a fonte não pode secar</u> e <u>Imprima respeito à Natureza</u> . - Em parceria com a Agência de Cooperação Técnica Alemã no Programa de Gestão Ambiental Urbana, desenvolveu projetos de revitalização de áreas degradadas por contaminação, gestão de recursos hídricos, gestão integrada de resíduos sólidos e energia renovável.
2004	- Definição da Política Ambiental Corporativa e Adesão ao Pacto Global;

	- Criação do Comitê CAIXA de Política Ambiental Corporativa.
2005	Implantação do Projeto Ilhas de Impressão – com o objetivo de conscientizar para a economia dos recursos de impressão, especialmente papel, cartuchos de toner e tinta.
2007	- Campanha ECOATITUDE – “Cinco Atitudes, um só objetivo, preservar o meio ambiente”, uma ação de educação ambiental. - Projeto Idéias da Gente – sugestões para a cultura do consumo consciente.
2008	- Projeto Gota D’Água – Cuidar da Água é Cuidar da Vida. - Acordo de cooperação com o Ministério do Meio Ambiente e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Estimular o uso de madeiras de origem legal em obras e empreendimentos habitacionais.

Tabela 6: Marcos da Implantação do Programa de Ecoeficiência da CAIXA

Fonte: Adaptado do Balanço Social da CAIXA (2005 a 2007)

Entre as ações desenvolvidas para buscar o comprometimento dos empregados, com mudanças de comportamento e conseqüentemente o reconhecimento de novos valores, duas campanhas foram desenvolvidas: “Sala Verde” e “Ecoatitude”.

O projeto “Sala Verde”, espaço interativo de informação, educação e formação socioambiental foi desenvolvido em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, direcionado aos técnicos sociais envolvidos com projetos de saneamento ambiental e de educação sanitária e ambiental em empreendimentos habitacionais. Foram instaladas “Salas Verdes” nas cidades de Goiânia, Rio Branco, Fortaleza, Teresina e Belo Horizonte, beneficiando cerca de três mil pessoas.

A campanha de educação ambiental, “Ecoatitude – Cinco Atitudes, um só Objetivo: Preservar o Meio Ambiente”, mobilizou colaboradores de todo o país em torno do debate sobre cinco grandes temas: Impressão – imprima apenas quanto tiver certeza de que tudo está correto; Energia – desligue luzes e máquinas, recarregue sua energia para o dia seguinte; Papel – use racionalmente e valorize o seu papel na defesa do meio ambiente; Água – pegue essa onda, não desperdice; Dia-a-dia – mude hábitos simples e incentive mudanças grandiosas em casa, na comunidade e no seu trabalho. Levou à reflexão sobre como pequenas mudanças nos hábitos individuais podem gerar resultados para a sociedade.

Os principais investimentos realizados pela CAIXA nos últimos anos em projetos ambientais foram:

- Construção de indicadores ambientais por unidade, pessoas e processos, por meio de uma avaliação do desempenho ambiental da empresa;
- Identificação dos aspectos ambientais dos produtos, serviços e programas da CAIXA que tenham impactos ambientais significativos;
- Gerenciamento dos insumos e resíduos (papel, toner, lâmpadas, etc.);
- Utilização ecoeficiente de recursos nos projetos de construção, reforma e manutenção de unidades, tais como substituição de vasos sanitários, torneiras, sensores de presença, reuso de água, entre outros;
- Desenvolvimento uma cultura organizacional de responsabilidade ambiental, com a utilização de campanhas internas de conscientização e educação ambiental, palestras e cursos temáticos;
- Capacitação do corpo funcional nos conceitos e práticas da Gestão Ambiental como agentes multiplicadores em educação ambiental;
- Divulgação interna e externa os resultados alcançados;
- Incentivos e reconhecimento dos esforços realizados pelas unidades em ações e projetos que contribuam para reduzir gastos e eliminar desperdícios;

- Inserção da CAIXA nos principais fóruns de articulação e discussão de questões socioambientais, bem como buscar a adesão formal aos pactos e tratados nacionais e internacionais (PNUMA IF, A3P);
- Elaboração da Agenda 21 Local.

Além dos programas mencionados acima, a CAIXA participou da 6ª edição do Programa Benchmarking Ambiental Brasileiro com o Caso "Ilhas de Impressão". O projeto foi selecionado para integrar o Ranking Benchmarking 2008 e foi publicado nos Bancos de Boas Práticas BenchMais e Fundação Nacional da Qualidade (FNQ). O projeto "Ilhas de Impressão" consistiu no agrupamento de equipamentos de impressão em locais de circulação de empregados e a instalação de um *software* de bilhetagem para gerenciar o custo e o volume de impressão por usuário e por unidade, além de controlar o que está sendo impresso.

Com a implantação das ilhas, a CAIXA passou da média de uma impressora para cada cinco empregados para uma impressora para cada trinta empregados. Isso gerou uma economia de 56,7% dos gastos com os insumos de impressão no período de março de 2005 até novembro de 2006 em todas as unidades da CAIXA. Reduziu em 59,37% o parque de impressoras, somente no prédio da Matriz, e, conseqüentemente, reduziu o consumo e os resíduos sólidos (cartuchos, papel e componentes de impressora).

Além dos resultados financeiros, também foram observados: a redução do gasto com estocagem dos insumos, redução das despesas e da carga sobre a rede de energia elétrica, redução dos gastos com manutenção (peças) e com suporte técnico, e a redução da produção de resíduos sólidos e descartes.

O montante de economias promovidas ou reconhecidas pelo PROGED totalizou, até o final do ano de 2007, a soma de 2,3 bilhões de reais (Balanço Social da CAIXA), distribuído da seguinte forma:

Resultados Financeiros do PROGED			
Ano	Meta de Economia (R\$)	Valor Realizado (R\$)	Percentual de Superação
2003	200.000.000,00	284.093.102,81	42,05%
2004	350.000.000,00	454.826.848,93	29,95%
2005	250.000.000,00	494.552.255,37	97,82%
2006	200.000.000,00	512.987.901,63	156,49%
2007	250.000.000,00	613.669.077,66	145,47%

Tabela 7: Resultados Financeiros do PROGED

Fonte: Adaptado do Balanço Social da CAIXA (2007)

Do ponto de vista dos resultados financeiros, somente em 2007, o uso racional de recursos nas unidades da CAIXA gerou uma economia estimada em mais de R\$ 500 milhões o que significa um impacto positivo na conservação de recursos naturais (Balanço Social da CAIXA).

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A CAIXA participa dos fóruns e conferências nacionais e internacionais, demonstrando seu engajamento e preocupação com as questões de sustentabilidade econômica, social e ambiental. É signatária da Carta de Princípios para o Desenvolvimento Sustentável, instituída pelo Protocolo Verde do Governo Federal e fez sua adesão ao Pacto Global da ONU.

Na definição de suas políticas ambientais corporativas verifica-se que as diretrizes enunciadas pelo Guia de Eficiência Ecológica para Serviços Bancários, reproduzido pela CLACDS, com permissão da UNEP - United Nations Environment Programme, são observadas em todo o Sistema de Gerenciamento Ambiental que se desdobra nas atividades de Gerência Geral, Ecologia Corporativa, Empréstimos, Investimentos e Comunicação.

A metodologia empregada pela CAIXA para a implantação do programa de ecoeficiência, em cada uma de suas fases, apresentada Tabela 5, e os marcos importantes para garantia da continuidade do programa, como mostra a Tabela 6, corroboram com a afirmação de Almeida (2002), sobre o processo de melhoria contínua, presente nos programas de ecoeficiência.

Neste estudo de caso, os recursos naturais abordados foram a água e a energia elétrica, bem como o consumo de insumos e geração de resíduos, que são considerados pela empresa analisada, fatores determinantes dentro do Programa de Racionalização de Gastos e Eliminação de Desperdícios - PROGED. Durante a implantação do programa, diversas medidas foram avaliadas do ponto de vista da sua eficiência ambiental e viabilidade econômica. Muitas das medidas sugeridas não requerem altos investimentos ou grandes modificações no processo. A maioria das ações e atitudes adotadas durante a implantação do PROGED na CAIXA caracteriza-se como modificações de *housekeeping*, atingindo resultados expressivos com baixo investimento, como sugere o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS, 2009).

As estratégias utilizadas pela CAIXA, dentro do PROGED, quando comparadas com as categorias da ecoeficiência apresentadas por Fiksel (1996), sugere que a maioria das ações desenvolvidas enquadra-se em “processos mais limpos” que buscam a utilização mais eficiente dos recursos naturais, como a economia de água e energia, bem como o consumo de insumos e geração de resíduos, que são considerados pela empresa analisada, fatores determinantes dentro do Programa de Racionalização de Gastos e Eliminação de Desperdícios - PROGED.

Pela observação direta pode-se notar que há ainda resistência à mudança de hábitos e costumes, em razão das variadas culturas, com diferentes crenças e valores, que representa uma das barreiras na implementação do PROGED. Por outro lado, verificou-se a mobilização da maioria dos colaboradores, entre empregados e prestadores de serviços, distribuídos por todo o território nacional.

Assim como a capacitação de profissionais causam sensível impacto na mudança do comportamento no trabalho, essas novas atitudes podem também se estender para a vida familiar, interferindo em hábitos de milhares de outras pessoas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi identificar os benefícios econômicos e ambientais a partir da implementação do programa de ecoeficiência pela CAIXA, empresa do setor bancário.

Os benefícios econômicos da implantação do programa de ecoeficiência na CAIXA são significativos, enquanto os benefícios ambientais podem ser demonstrados pelo impacto gerado na redução no consumo de água e energia elétrica, redução de materiais de consumo, tais como toner, tinta e principalmente papel e ainda com a redução dos resíduos gerados.

As atividades e esforços desenvolvidos para otimizar (redução na fonte) a utilização dos recursos naturais (energia, água, matéria prima), com a finalidade de reduzir o impacto ambiental das atividades, resultaram em benefícios ecológicos e econômicos. No negócio bancário, portanto, a consciência ambiental contribui para um aumento na sustentabilidade econômica.

Diante dos números apresentados, observa-se que as ações e projetos das instituições financeiras que objetivem a redução de consumo terão impacto no meio ambiente e mais, percebe-se pelos números que, cada vez mais, as instituições estão focadas em analisar seu consumo e buscar ações para diminuí-lo, seja pelos resultados financeiros que essas ações possam trazer, seja pelo impacto ambiental que essa redução causará.

A ecoeficiência preconiza a valorização do fator humano e destaca a importância de formar profissionais com uma visão mais ampla sobre as questões ambientais da atualidade, despertando interesse e estimulando a participação nos programas de qualidade ambiental. Além das questões ambientais, o conhecimento sobre os custos associados ao uso de materiais e insumos e ao seu tratamento após uso, pode despertar uma maior conscientização, diminuindo desperdício.

Para futuros estudos recomenda-se que seja analisada com maior profundidade a resistência de funcionários quanto ao efetivo engajamento no processo de implementação de programas de Ecoeficiência.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ACEVEDO, C. R.; NOHARA, J. J. **Monografia no curso de Administração** guia completo de conteúdo e forma. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

BARBIERI, J. C. **Gestão Ambiental e Empresarial: Conceitos, Modelos e Instrumentos**. São Paulo: Saraiva, 2007.

BRUNDTLAND, G. H. Report of World Commission on Environment and Development: **Our Common Future**. Disponível em <<http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>>. Acesso em 27 jun. 2009.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Balço Social 2005, 2006 e 2007**. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br>>. Acesso em 04 nov. 2008.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CBDS. **Ecoeficiência**. Disponível em: <<http://www.cebds.org.br/cebds/eo-rbe-ecoeficiencia.asp>>. Acesso em: 29 out. 2008

CENTRO LATINO-AMERICANO PARA COMPETITIVIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Guia de Ecoeficiência para el Sector Financiero Latinoamericano**. 1999. Disponível em <<http://www.incae.edu/PT/clacds/nuestros-proyectos/archivo-royectos/proyectos-ambientales-sociales/ecoeficiencia/>>. Acesso em 04 nov. 2008.

DEMAJOROVIC, J. **Ecoeficiência em serviços: diminuindo impactos e aprimorando benefícios ambientais**. In: VILELA JR, A; DEMAJOROVIC, J. (Org.). Modelos e Ferramentas de Gestão Ambiental: Desafios e Perspectivas para as Organizações. São Paulo: Editora Senac, 2006.

DESIMONE, L. D. & POPOFF, F. **Eco-efficiency: the business link to sustainable development**. Cambridge: MIT Press. 1997.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DOS BANCOS. **Relatório Social**. 2005, 2006 e 2007. Disponível em: <<http://www.febraban.org.br/>>. Acesso em 12 nov. 2008.

FIKSEL, J. **Design for environment: creating eco-efficient products and processes**. New York: McGraw-Hill, 1996.

KRAEMER, T. H. et al. **Modelo Econômico de Controle** e Avaliação de Impactos Ambientais - MECAIA. Tese de doutorado em Engenharia de Produção no Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2002. Disponível em <<http://www.teses.eps.ufsc.br/Resumo.asp?3811>>. Acesso em: 04 nov. 2008.

LERIPIO, A. A. **GAIA: um método de gerenciamento de aspectos e impactos ambientais**. 2001. **Tese** (Doutorado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda 21 Brasileira**. 2002. Disponível em <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em 03 nov. 2008.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Protocolo Verde**. 1995. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=153&idConteudo=7411&idMenu=7504>>. Acesso em 28 jun. 2009.

NASCIMENTO, Luis Felipe; DINATO, Monique Revillion. **Consumo Sustentável e o Sistema Produto-Serviço: reflexões para um outro desenvolvimento**. ENANPAD 2003. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/evento.php?acao=trabalho&cod_edicao_subsecao=48&cod_evento_edicao=7&cod_edicao_trabalho=2065#self>. Acesso em 15 nov. 2008.

REIS, D.; PEÑA, L.; BETTON, J. **Corporações na Vitrine**. RAE Executivo. 80. Vol. 3. N.1, fev./abr. 2004.

SOUZA, M.T.S. **Rumo à Prática Empresarial Sustentável**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo; 33(4); 40-52, jul./ago. 1993.

VIALLI, Andréa. **Bancos Aumentam as suas Exigências Ambientais**. Jornal O Estado de São Paulo; Seção Negócios; pg. B15, 23 jul. 2008.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2 ed., Porto Alegre: Bookman, 2005.

WWF - BRASIL. Relatório **Planeta Vivo**. Disponível em <<http://www.wwf.org.br>>. Acesso em 23 jul. 2008.